



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004287-18.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **Izilda Aparecida Diagonal Turci e outro**  
 Requerido: **Município de São Carlos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de fazer proposta por **ISILDA APARECIDA DIAGONEL TURCI** e **SUELI APARECIDA DIAGONEL** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** e **ANTÔNIO DONIZETE DIAGONEL**, com pedido de antecipação da tutela. As autoras aduzem que o irmão e requerido Antônio sofre de alcoolismo, não aceita passar por tratamento e foi diagnosticado com Síndrome de Wernicke-Korsakoff, enfermidade neuropsiquiátrica ligada à má alimentação e falta de vitamina B1, causada pelo alcoolismo, estando internado para se alimentar por sonda nasointestinal, não tendo seus familiares condições de acolhê-lo neste estado, pois as autoras são economicamente hipossuficientes, já cuidam da genitora acometida de Síndrome de Parkinson e, portanto, requerem o ente público providencie vaga em caso de repouso, que possa dar o tratamento ao requerido Antônio, até a estabilização do seu quadro.

A inicial foi instruída com os documentos de fls. 11-28.

O Ministério Público manifestou concordância com a antecipação da tutela (fl. 32), deferida às fls. 33-34.

As autoras comunicaram a frequência a grupo de apoio, conforme estabelecido na antecipação da tutela (fl. 45).

A Prefeitura Municipal de São Carlos apresentou contestação às fls. 46-72 na qual sustenta, em resumo: a) não haver indicação médica para a demanda e documentação satisfatória de realização do referido tratamento a despeito de outros menos ofensivos; b) ilegitimidade passiva *ad causam* e falta de interesse processual, visto que o Estado e a União mantêm entidades e programas peculiares para cumprimento de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

tratamentos de alto custo ou excepcionais, assim como não há prova demonstrativa da superioridade técnica dos tratamentos compulsórios feitos na rede particular; c) não ter havido tentativa de esgotamento da via administrativa para lograr os tratamentos pelo SUS; d) não poder permanecer no polo passivo da demanda apenas o ente federativo escolhido pelo autor, ignorando a solidariedade legal e a evidência de que o Estado de São Paulo gerencia, por meio de suas DRS's, o tratamento de toxicômanos; e) haver tratamento substitutivo de internação compulsória no CAPS, para onde requer o encaminhamento do requerido; f) o Estado deveria ser chamado ao processo, pois, em substituição, tem arcado com os custos de programa estadual direcionado aos alcoólicos.

Houve réplica (fls. 81-86).

Documentos acostados às fls. 87-88.

### **É O RELATÓRIO.**

### **PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

O presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que caracterizada a hipótese do artigo 330, I, do Código de Processo Civil (julgamento antecipado da lide).

Em primeiro lugar, não é o caso de ilegitimidade passiva. Isto porque a Constituição Federal, no artigo 196, estabelece que *'a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação'*.

Ademais, foi estabelecida competência comum para todos os entes da federação no cuidado da saúde<sup>1</sup> e, não fosse isso o suficiente, o artigo 30, inciso VII, confere aos Municípios a competência para prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população<sup>2</sup>.

### A solidariedade passiva dos entes públicos (União, Estado e Municípios)

<sup>1</sup> Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência

<sup>2</sup> Art. 30. Compete aos Municípios:

[...]

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

resta evidente na leitura do artigo 198, caput e parágrafo primeiro, da Constituição Federal, quando afirma que "*as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único*" e que o sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da "*seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes*".

Como a solidariedade passiva implica possibilidade de o credor cobrar de qualquer um dos devedores, não há que se falar em quinhão de responsabilidade da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município no fornecimento gratuito de medicamentos ou de tratamento médico. Nessa sentido, o lapidar aresto do E. STJ:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A Corte Especial firmou a orientação no sentido de que não é necessário o sobrestamento do recurso especial em razão da existência de repercussão geral sobre o tema perante o Supremo Tribunal Federal (REsp 1.143.677/RS, Min. Luiz Fux, DJe de 4.2.2010). 2. O entendimento majoritário desta Corte Superior é no sentido de que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios são solidariamente responsáveis pelo fornecimento de medicamentos às pessoas carentes que necessitam de tratamento médico, o que autoriza o reconhecimento da legitimidade passiva ad causam dos referidos entes para figurar nas demandas sobre o tema. 3. Agravo regimental não provido.<sup>3</sup>-[grifei].*

Do mesmo modo, há de ser afastada a preliminar de falta de interesse de agir arguida pelo Município. É certo que "*o interesse processual se consubstancia na necessidade de a autora vir a juízo e na utilidade que o provimento jurisdicional poderá lhe proporcionar*"<sup>4</sup>.

Por outro lado, incabível o chamamento ao processo, pois não se trata de obrigação de pagar quantia certa, mas sim de obrigação de fazer.

<sup>3</sup> STJ. Processo AgRg no REsp 1159382/SC. Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES - SEGUNDA TURMA. Julgado em 05/08/2010. Publicado em DJe 01/09/2010.

<sup>4</sup> Nery Junior, Nelson. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. 10. ed. Ed. Revista dos Tribunais, 2007, p.167.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim, cabe ao Município demandar os demais entes federados, regressivamente e não impor este ônus às autoras, que são hipossuficientes.

Quanto ao mérito, ressalta-se que a indicação para a internação compulsória vem confirmada pelo relatório existente nos autos (fl. 24), tendo a ação respaldo no artigo 196 da Constituição Federal, segundo o qual *“a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”*.

A internação do dependente de substância entorpecente é medida protetiva que visa ao adequado tratamento médico para salvaguardar o direito à saúde e à integridade física e mental, tendo por fundamento o princípio constitucional do respeito à dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III, da Constituição Federal).

Ademais, o direito à saúde foi concebido pelo legislador constituinte como um direito de todos e dever do Estado, que deve garanti-lo, indiscriminadamente, a qualquer integrante da comunidade, por força da adoção de políticas sociais e econômicas voltadas para esta finalidade. As ações e serviços de saúde foram consideradas de relevância pública, tendo a diretriz do atendimento integral como um de seus lastros.

Os princípios da universalidade e da igualdade de acesso aos serviços de saúde também se aplicam à hipótese dos autos. Aliás, tais princípios devem ser interpretados como inclusivos, ou seja, garante-se a universalidade e a igualdade quando satisfeita a necessidade particular do cidadão em relação à sua saúde. Neste ponto, o réu deturpa os conceitos desses princípios passando a enxergá-los apenas na perspectiva coletiva, e assim, lhes retiram qualquer eficácia quando existe uma situação concreta que exige o atendimento público.

Portanto, não há que se alegar invasão indevida do Poder Judiciário no orçamento público, uma vez que no cotejo com o direito à saúde, este demonstra inegável prevalência sobre os interesses patrimoniais. Ademais, vigora hoje em dia o conceito de efetivação da tutela jurisdicional, o que pressupõe medidas eficazes para a proteção dos direitos.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, nos termos do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil, para condenar o Município de São Carlos a manter a internação de Antônio Donizete Diagonal em casa de repouso, clínica ou casa de acolhimento, pública ou particular, enquanto houver recomendação médica, sob pena de sequestro de verbas públicas, confirmando-se a tutela antecipada, devendo as autoras permanecer em grupo de apoio durante o tempo de internação.

Diante da sucumbência, condeno o requerido ao pagamento das custas processuais, na forma da lei, bem como dos honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais).

**P.R.Int.**

São Carlos, 10 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**